

Há 56 cursos superiores em Portugal com taxa de desemprego acima de 10%

Direito, Ciências Sociais e Serviços é a área de conhecimento que mais cursos tem com desemprego acima de 10%, avança o jornal Observador, de acordo com o portal Infocursos. Os futuros advogados podem ficar descansados, pois nenhuma das suas licenciaturas ou mestrados integrados aparece nesta lista.

São os cursos de Serviços Sociais que mais se repetem (sete vezes) e é um deles, ministrado na Universidade Católica, que apresenta a maior taxa de desemprego da lista: 25,8%. Os restantes são todos leccionados em diferentes instituições: Instituto Politécnico de Viseu, Universidade Lusófona do Porto, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e Instituto Politécnico de Viseu.

Logo a seguir, e dentro da mesma área, continua o jornal, o curso com mais desemprego é o de Solicitadoria, com quatro repetições na lista. O terceiro lugar é ainda na área de Direito, Ciências Sociais e Serviços — Turismo, que tem três cursos na lista (Escola Superior de Tecnologias de Fafe, Católica e Universidade Portucalense Infante D. Henrique).

No entanto, alerta o Observador, os números, disponíveis no portal Infocursos desde 7 de Julho, olham apenas para a percentagem de recém-diplomados registados como desempregados no IEFPP — Instituto do Emprego e Formação Profissional —, não considerando, por exemplo, outros jovens que podem até estar a trabalhar, mas não na área



em que se formaram.

Continuando a descer na taxa de desemprego, e olhando agora para os cursos, a seguir ao de Serviços Sociais aparece o de Comunicação Multimédia, no Instituto Politécnico da Guarda, com 18,7%, um valor bastante mais abaixo do que o do curso que ficou em primeiro lugar. Segue-se, com uma taxa de desemprego muito semelhante (18,5%), o curso de Gestão Turística, Cultural e Patrimonial do Politécnico de Viseu. E é preciso chegar a este lugar da lista para entramos noutra área de conhecimen-

to, a Economia, Gestão e Contabilidade que tem nove cursos na lista, o que lhe confere o terceiro lugar no ranking das áreas de conhecimento com maior taxa de desemprego.

O segundo lugar é para Arquitectura, Artes Plásticas e Design, mas apenas por uma unha negra: tem 10 cursos com desemprego registado acima dos 10%.

Voltando a olhar para os cursos, o quinto lugar está ocupado pelo curso de Marketing e Publicidade do Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo (17,4%) e, de novo, na área

de Direito, Ciências Sociais e Serviços. Marketing tem mais dois cursos com desemprego elevado: na Escola Superior de Tecnologia e Gestão (13,7%) e na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu (10,3%).

Por último, filtrando os resultados por tipo de instituição e natureza de ensino, vê-se que os cursos com mais desemprego aparecem mais em politécnicos do que em universidades (19 contra 12) e a diferença entre cursos ministrados entre rede pública e privada esbate-se (também 19 versus 12).

Proprietários de prédios em centros históricos deixam de pagar IMI



De acordo com o Jornal de Notícias, há perto de 20 mil prédios no Porto, Guimarães, Évora, Sintra, Angra do Heroísmo, Óbidos e Elvas que já não vão ter de recorrer aos tribunais para ver reconhecido o direito a não pagar este imposto.

Os moradores falam em vitória depois de uma década de cobranças aleadamente ilegais.

Os proprietários têm que provar que moram numa zona classificada. Para isso vão ter que requerer uma declaração da Direcção Regional da Cultura e levá-la à repartição de Finanças.

Esta decisão do Governo surge na sequência de um acórdão do Superior Tribunal Administrativo, que uniformizou jurisprudência, dano razão aos cidadãos.

Desde 2009, as Finanças passaram a considerar que só os prédios classificados individualmente como monumento nacional é que estavam isentos de IMI, independentemente de estarem em zona classificada pela UNESCO.

Depois de uma década de luta, os proprietários de prédios em centros históricos classificados pela UNESCO vão deixar de pagar Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

Ministério Público acusa Groundforce de discriminar trabalhadores



O Ministério Público avançou com uma acusação contra a empresa de assistência aeroportuária Groundforce, por ter discriminado mais de duas centenas de trabalhadores na atribuição de prémios em 2017.

Segundo revela o site “Dinheiro Vivo”, 203 trabalhadores não receberam o prémio anual de 2017, equivalente a meio salário, ao contrário dos restantes colegas, a quem foi atribuído prémio, por indicação da Administração, por não serem sindicalizados e por

terem acordado a actualização de tabelas salariais proposta pela empresa.

O processo avança agora para julgamento e tem como arguidos a Groundforce e o seu Presidente-executivo, Paulo Leite.

O despacho de acusação citado pelo Dinheiro Vivo refere que Paulo Leite “actuou sempre por si e no seu próprio interesse e no interesse por conta da sociedade arguida”, a Groundforce, “sabendo que as condutas assumidas eram proibidas e puníveis por lei”.